

A MÃO INVISÍVEL DA HISTORIOGRAFIA

RODRIGO SANTOS DE OLIVEIRA*

RESUMO: O presente artigo visa refletir sobre o impacto da modernidade e da pós-modernidade no conhecimento histórico. Além disso, discutirá a cientificidade ou não da História e o papel do historiador na sociedade enquanto elemento de conexão entre o passado e o presente, e a sua possível atuação como agente de transformação social. Por fim, será discutido o conjunto da produção intelectual dos historiadores, ou seja, sobre a historiografia.

PALAVRAS-CHAVE: Historiografia, Modernidade, Pós-Modernidade.

ABSTRACT: This paper aims to develop a reflection on the impact of modernity and post-modernity in historical knowledge. Also, discuss the scientific or not of history and the historian's role in society as an element of connection between past and present, and its possible role as an agent of social transformation. Finally, will be discussed the whole the intellectual production of the historians, in other words, about the historiography.

KEYWORDS: Historiography, Modernity, Post-Modernity.

O CHOQUE ENTRE A CIÊNCIA NA MODERNIDADE E A PÓS-MODERNIDADE

Desde a institucionalização da História enquanto disciplina acadêmica junto com as demais áreas Humanas ao longo do

* Professor Adjunto no curso de História da Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). E-mail: oliv.rod@hotmail.com

século XIX, uma certeza esteve presente entre os profissionais que se dedicavam a estudar o passado: *a História é uma ciência*. Quando Leopold von Ranke¹ e demais historiadores, adaptando em parte os princípios positivistas de Comte, estabeleceram o *locus* metódico como base de sua análise tinham a certeza da construção de um saber objetivo e acima de tudo científico.² O passar das décadas demonstrou que esta objetividade, erroneamente “roubada” das Ciências Exatas e Naturais, deixava muitas lacunas e erros, que foram se tornando mais do que evidentes.

Esses primeiros historiadores, ao tentar retirar completamente a subjetividade de suas produções, cometeram uma série de equívocos. O primordial foi o de centralizar a base do saber em acontecimentos políticos e, principalmente, nas ações de grandes personalidades. Artificialmente transformaram uma “frase no plural em singular” e afastando o “sujeito do verbo”, ou seja, retratando o passado excluindo-o de questões sociais, culturais e econômicas. Também retiraram o conjunto da sociedade das pesquisas, ao creditarem a História apenas a uma pequena parcela governativa e os grandes acontecimentos vinculados às suas ações.

Lógico, é extremamente fácil para nós historiadores nos dias de hoje ter essa visão ao refletir sobre o passado da disciplina. Com um simples olhar de desdém, podemos julgar os velhos “positivistas” como dinossauros extintos, e a “proto-história”

1 Um texto básico para compreender a obra de Leopold Von Ranke é o capítulo intitulado “A Escola Metódica, dita ‘Positivista’”, de José Carlos Reis (REIS, 2006). Nela o autor relativiza a posição positivista de Ranke, e ainda faz uma reflexão panorâmica sobre a sua produção.

2 Apesar de ser confundido seguidamente como um “positivista” a “escola” ao qual Ranke estava vinculado, não era o “Positivismo” e sim o “Historicismo”. As duas eram distintas: a primeira representava a academia francesa e tinha como uma das bases de influência o pensamento iluminista, assim como defendia os princípios triunfantes da Revolução Francesa. A segunda escola tinha como base o pensamento germânico, representando os interesses aristocráticos da elite nobre dos estados alemães e, depois da unificação de 1870, do II Reich Alemão. Apesar de ambas terem influências de Comte, o Historicismo tinha uma visão maior do objeto da História, não ficando apenas restrito ao político, trazendo elementos da análise cultural também. Ciro Flamarion Cardoso nos oferece uma excelente leitura sobre as diferenças centrais da visão alemã e francesa do conhecimento histórico que foram as bases tanto do Historicismo como do Positivismo (Ver: CARDOSO, 1997). Sobre as duas escolas históricas ver José Barros (BARROS, 2011).

que produziram como uma grande piada de mau gosto.³ Porém, se fizermos uma reflexão epistemológica mais aprofundada, confrontando com aquilo que o velho filósofo da ciência Karl Popper nos ensinou, poderemos ter outra leitura.

De acordo com Popper (1993), erro e acerto são duas variáveis na equação que é a Ciência.⁴ A construção do saber é o fruto de uma sucessão de erros que acabam levando a um acerto, sendo que este mesmo acerto pode sempre ser melhorado. Os primeiros historiadores, para construir o conhecimento científico em uma área que ainda não possuía um suporte teórico e metodológico confiável, foram obrigados a buscar apoio em outras ciências. Assim como Comte, buscou auxílio nas Ciências Exatas e Naturais, os historiadores fizeram o mesmo.

O resultado foi que o desenvolvimento do saber histórico levou a uma reflexão epistemológica de que este paradigma não respondia mais às perguntas que o passado suscitava. É nesse ínterim que vozes começaram a destoar⁵, até o ponto de, em 1929,

3 Por mais irônico que possa parecer, apesar da violenta crítica que possa ser feita aos “positivistas”, nos dias de hoje a produção desses autores acaba sendo em alguns casos as únicas referências sobre documentos que se perderam com o passar do tempo. Principalmente durante a Segunda Guerra Mundial, muitos arquivos alemães, franceses, italianos, ingleses, entre outros, foram destruídos durante o conflito e o resgate de muitos arquivos só pôde ser feito (em parte) através da reprodução de fontes compiladas pelos historiadores positivistas e historicistas. O seu apelo que tinham à fonte, permite-nos hoje a ter acesso a esses documentos perdidos.

4 Na mesma perspectiva de Karl Popper, Thomas Khun também refletiu sobre a questão do “erro” e “acerto”. Para o autor, erros e acertos deveriam ser vistos dentro da ciência através de uma leitura histórica e sociológica, ou seja, através da ação empírica do homem testando, cometendo falhas, corrigindo as deficiências até chegar finalmente no acerto (o autor denominou esse processo de “giro histórico-sociológico da ciência”). Ver KUHN, 2003.

5 Ao longo do século XIX existiram historiadores que destoaram do ponto da tradição “metódica”, porém esses autores não eram o *status quo* da produção do conhecimento acadêmico dentro da História. Um grande exemplo é Jules Michelet, que teve uma grande produção acadêmica dentro da História e, a partir do seu estudo sobre a Revolução Francesa passou a defender que não eram as grandes personalidades que eram os grandes responsáveis pelas mudanças sociais e sim as massas populares (Sobre Michelet ver: BARTHES, 1991). Não podemos esquecer que Karl Marx e Friedrich Engels também utilizavam e escreviam sobre História em uma perspectiva diversa dos “metódicos”, a partir da concepção de “Materialismo Histórico”. Seus seguidores mantiveram essa forma de produzir conhecimento em Ciências Sociais, incluindo também os historiadores (Sobre a historiografia marxista em seus primórdios ver: HOBBSAWM, 1980 e VILAR, 1980).

Marc Bloch e Lucien Febvre fundarem a revista dos *Annales*, criticando esta visão “tradicional” da historiografia de então.⁶

Novas perguntas passaram a ser feitas, a concepção de fonte foi ampliada e alterada, com o historiador ganhando uma espécie de “Toque de Midas”, onde aquilo que ele dissesse que era passível de ser utilizado para reconstruir o passado se transformava automaticamente em “fonte”. Esta que também passava de um sacrário de verdades a ser objeto de questionamento. A subjetividade outrora vista como “grande vilã” se transformou na “heroína” do ofício do historiador. O profissional do estudo do passado deixava de ser secundário na construção do saber (“mero compilador”), e passou a ser peça fundamental na construção do conhecimento historiográfico. Como pode ser visto, foi toda uma transformação com requintes revolucionários.⁷

Dessa transformação decorrem duas reflexões:

A primeira é que sem a estruturação prévia da História Metódica, ao longo do século XIX e primeiras décadas do XX, não haveria as condições básicas para existência da “História problema” decorrente dos *Annales*. Em realidade, foi do erro científico dos metódicos que as gerações posteriores tiveram a possibilidade de corrigir melhorando do ponto de vista teórico e metodológico. Por isso, no mínimo devemos aos “dinossauros” o agradecimento por terem errado, sabendo que eles fizeram o máximo com aquilo de conhecimento teórico e metodológico que tinham à disposição.

A segunda reflexão é que em nenhum momento as vozes que destoaram e se opuseram aos “positivistas” duvidaram de que a História era uma ciência. É interessante notar que a geração que se rebelou contra a anterior criticou seus métodos e teorias, propondo novos, porém, tinham certeza do caráter científico do saber que

6 O nome original era: *Annales d'histoire économique et sociale*. (Anais de história econômica e social). Sobre a história da “tradição” dos *Annales* o estudo mais acessível ainda é a obra de Peter Burke (BURKE, 1990).

7 Duas gerações distintas dos *Annales* nos dão uma interessante visão interessante sobre essa nova leitura das fontes (e que se mantém até os dias de hoje). A primeira pode ser bem observada nas reflexões do final da vida de Marc Bloch, compiladas sob nome *Apologia à História, ou, o Ofício do Historiador* (BLOCH, 2002) e a segunda é já clássica reflexão de Jacques Le Goff, “Documento Monumento” (LE GOFF, 1996).

produziam. Quando observamos a nova visão proposta por Bloch e Febvre, e também dos weberianos e marxistas das primeiras décadas do século XX, fica evidente que suas proposições tinham a preocupação central da História enquanto ciência: diálogo com as demais Ciências Humanas, o papel da fonte e a sua devida análise, o caráter subjetivo da interpretação do autor, rigor teórico e metodológico nas pesquisas, aproximação do pesquisador com o seu objeto, desnudar o conhecimento histórico de preconceitos, abordar outras visões além do político (e resignificar as relações de poder).

Esses mesmos cientistas, de forma revolucionária, expandiram o seu papel: de meros compiladores (dentro da visão “metódica”) os historiadores passaram a ser agentes de transformação social. Em outras palavras, os historiadores não mais serviriam meramente aos interesses do Estado, ao elencar os grandes feitos de homens do passado e/ou de suas nações. Ao contrário, sua intervenção teria o objetivo de permitir uma melhor compreensão do passado, auxiliando, dessa forma, o entendimento do presente.

Como se pode perceber, ambas as gerações de historiadores do século XIX e do princípio XX tinham uma concepção científica dentro da modernidade. Os primeiros, ao adotarem os pontos básicos das Ciências Exatas e Naturais (altamente marcadas pela visão ocidental do desenvolvimento tecnológico), e os segundos, pela iconoclastia diante da relativização do mundo.⁸ A porta aberta por Einstein na Física atingiu as ciências como um todo, e os historiadores, dentro deste íterim, questionaram as bases da própria visão que cercava a produção do conhecimento histórico.

No entanto, esta releitura não foi um golpe na modernidade, ao contrário, foi um elemento que recolocava nos eixos a concepção moderna de mundo, que já não encontrava mais eco com as bases em que estava o desenvolvimento científico. Porém, as crises enfrentadas pelo capitalismo liberal na primeira

8 Nos referimos aqui à Teoria da Relatividade de Albert Einstein, que, ao romper com o paradigma newtoniano, abriu toda uma nova perspectiva de reinterpretação e revisão das premissas básicas do cientificismo moderno.

metade do século XX (dois conflitos mundiais, Crise de 1929, desestruturação do sistema imperialista territorial) colocaram em “xeque” a visão moderna do mundo ocidental de que o cientificismo e o desenvolvimento tecnológico trariam a liberdade e a felicidade aos povos.

O que se viu ao longo das guerras mundiais e demais conflitos militares do século XX foi que a tecnologia foi sendo paulatinamente usada para a destruição, para ampliar as misérias e a dominação de grupos, etnias e Estados sobre os demais. Diante desse choque violento na visão do mundo, confundiu-se ciência com tecnologia, ou seja, a produção do conhecimento com sua aplicação a partir do desenvolvimento tecnológico.

O medo das armas de destruição em massa colocou em segundo plano o aumento da capacidade produtiva dos países, que podiam ser aplicadas – como em muitos casos foram – para melhorar a qualidade de vida dos cidadãos. A ciência, outrora vista como heroína de um futuro promissor passou a ser colocada como vilã em um mundo marcado pelo medo e pela divisão entre capitalismo e comunismo.

No entanto, a possibilidade da superação do capitalismo pelo comunismo dava uma falsa imagem de que um “certo evolucionismo” estava em desenvolvimento. Com isso, muitos intelectuais das Ciências Humanas – dentre eles, uma parcela dos historiadores –, mesmo diante de uma suposta dissolução da visão moderna de mundo, não entraram em pânico. Muitos voltaram-se ao passado para que pudessem compreender o que estava acontecendo naquele presente, como é o caso da famosa discussão iniciada pelos economistas Maurice Dobb e Paul Sweezy sobre a transição do feudalismo para o capitalismo e seus desdobramentos entre os historiadores (como Eric Hobsbawm, por exemplo). Eles buscaram compreender a transição do feudalismo ao capitalismo, pois acreditavam estar vivenciando a mudança do capitalismo para o socialismo (e este para o comunismo).⁹

No entanto, a possibilidade de substituição do sistema capitalista foi se tornando cada vez mais remota, diante da

⁹ Um resumo do debate dentro da Economia e História foi compilado por Paul Sweezy e publicado em formato de livro. (Ver: SWEEZY, 1989).

insistência do capitalismo em se adaptar às crises sistêmicas e da incapacidade da URSS em levar o socialismo real a se transformar em modelo preponderante. Da euforia decorrente do império soviético se transformar em real potência no pós Segunda Guerra Mundial às desilusões de maio de 1968, culminou na paulatina desestruturação soviética, na queda do Muro de Berlim, e finalmente ao sepultamento soviético em 1991. Com isso, as Ciências Humanas se viram diante de uma quebra de paradigmas sem precedentes.

Nesse meio tempo, dentro das Ciências Humanas, os intelectuais visavam a compreender este mundo em dissolução paradigmática. Muitos afirmavam que o mundo tinha chegado ao fim da modernidade, e, na ausência de uma denominação ou definição sobre onde estaríamos, chamaram este “novo mundo” de “pós-moderno”.

Vários pensadores passaram a se dedicar a compreender esta visão, como Antony Giddens, Jürgen Habermas, David Harvey e Fredric Jameson. Dentro da História, os debates se intensificaram de tal forma que a própria visão de “Ciência do Passado” foi colocada em questionamento pela geração pós-1968. Para uma parcela considerável de historiadores, tendo como núcleo central a autodenominada “terceira geração dos *Annales*”, a História deixava de ser uma ciência, pois na sua base não haveria certezas e sim um conjunto de metanarrativas ou ficções arbitrárias, construídas a partir de pseudocientificismos. Em uma espécie de “desespero terrorista”, estes historiadores acreditavam não poder existir a História enquanto ciência, pois ela estaria presa dentro de uma teia de trabalhos carregados de subjetividades, interesses, controles, encarcerados em uma rede de pontualidades, e impedidos de conectarem-se em um saber histórico universal.

Acantonados dentro de uma visão culturalista radical, esta geração “pós-moderna” combatia violentamente a “História problema”, ou cientificista. Tachados de “modernos” ou até mesmo “retrógrados”, os historiadores que não partilhavam de tal premissa fatalista e que continuavam fazendo uma história “tradicional” – leia-se política, econômica e social – (e com uma leitura cientificista) eram vistos com “maus olhos”. Eram

considerados pejorativamente de “positivistas”, “rankeanos” ou “marxóides”.

Nos anos de 1990, o paradigma “pós-moderno” parecia que triunfaria dentro do saber histórico. O “boom” da História Cultural dava a impressão de ter atingido seu ápice, e as demais aparentemente estavam em plena retração. Porém, o posicionamento “pós-moderno” não se sustentou por muito tempo. E em uma espécie de “contrarrevolução”, as demais linhas da história resgataram parte do prestígio perdido, assim como a história recuperou a duras penas o seu caráter de Ciência, através da desesperada luta epistemológica travada contra os culturalistas.

Apesar da luta ter sido violenta, todos acabaram ganhando: a área cultural teve seu espaço reconhecido, assim como os demais aspectos tiveram um retorno com força. Desse interregno entre 1968 e 1991 em que o pós-modernismo se gestou, dentro da História ficou mais evidente o impacto que teve sobre esta ciência e o seu violento questionamento. Este fenômeno não foi percebido com a mesma intensidade nas demais Ciências Humanas. Apesar dos questionamentos que também surgiram nessas disciplinas irmãs sobre a desestruturação da modernidade e seu impacto na sociedade, em nenhum momento verificou-se que sociólogos, antropólogos, cientistas políticos, etc., afirmassem que suas linhas não eram científicas. A pergunta que se poderia fazer é por que a descrença com a modernidade teve um impacto mais violento na História? Mas não vamos nos prender aqui, pois não é o momento de refletir sobre isso.

Um dos problemas fundamentais levantados pelos “pós-modernos” estaria no âmbito das micronarrativas, tendo em vista que mesmo a mais extensa das pesquisas não conseguiria dar conta em fazer uma “história global” ou “geral”, e esta seria apenas uma pequena representação do real (embora alguns pós-modernos pudessem duvidar do termo “real” e a sua aplicação por parte de seus pares).

Este problema precisa de uma reflexão mais profunda, e vamos nos dedicar a ele nos parágrafos seguintes.

A “MÃO INVISÍVEL DA HISTORIOGRAFIA”

Um dos fenômenos mais recentes no campo da história refere-se à multiplicação dos objetos de estudo dos historiadores. Não apenas aqueles que se dedicam a estudar a chamada “microhistória”¹⁰, mas praticamente todos os historiadores estão realizando recortes cada vez mais circunscritos de seus objetos. Isto lhes permite analisar de forma mais aprofundada aspectos que passariam despercebidos em trabalhos com objetos mais amplos ou de longa duração temporal.

O saber histórico então estaria exposto a um violento amálgama de objetos, objetivos, teorias, metodologias, interpretações, formas de narrativa, visões, subjetividades, nas quais não haveria um “fio condutor da História”. Cada interesse, cada leitura, cada interpretação, cada pesquisa abriria uma ramificação, como se em todas elas se abrisse uma “Caixa de Pandora”.

Uma leitura fatalista poderia afirmar que dentro do saber histórico estaria existindo um verdadeiro “Estado de Natureza Hobbesiano”, onde temas “da moda” deteriam maior destaque e manteriam o controle da historiografia. No entanto, quando nos deparamos com uma leitura epistemológica sobre a produção do saber histórico não encontramos o caos. Muito pelo contrário, há o entrechoque de interpretações, mas que interagem harmonicamente. Leituras e releituras, reinterpretções e a construção de um saber científico baseado nas premissas do erro e do acerto (dentro do mais puro espírito *popperiano*) são as características que mais podemos observar dentro do saber histórico.

Como explicar este fenômeno singular?

De um lado, uma grande produção de saberes e objetos, e, por

10 O termo “microhistória” surgiu através dos trabalhos de Carlo Ginzburg e Giovanni Levi, inclusive editaram entre 1981 e 1988 a coleção “Microstorie”. O trabalho de Ginzburg *O queijo e os vermes*, publicado originalmente em 1979, certamente é uma referência inicial sobre a produção histórica dentro dessa linha (GINZBURG, 1995). Giovanni Levi nos dá uma excelente explicação da “microhistória” na coletânea de textos organizada por Peter Burke (Ver: LEVI, 1992). No Brasil, a principal referência teórica é Ronaldo Vainfas (Ver: VAINFAS, 1992).

outro, estes mesmos saberes se interagindo de forma harmoniosa dentro de um conhecimento científico. Para responder a esta pergunta, vamos pegar emprestado e por analogia adaptar um conceito desenvolvido por Adam Smith na obra *A Riqueza das Nações*.¹¹

Para Smith, a economia era regida por uma força invisível, que controlaria o mercado, chamada de “mão invisível”.¹² Na leitura do autor, cada capitalista defendia de forma egoísta os seus interesses, sendo que o conjunto desses interesses geraria a riqueza da nação através desta “mão”, que, como um maestro, regeria toda a sociedade.

Não entrando nos méritos se esta teoria é correta ou não para a economia nos dias de hoje, ela nos dá uma pequena luz para compreender o conhecimento histórico. Como?

Cada historiador desenvolve suas pesquisas dentro de princípios científicos, porém singulares e adaptados ao seu objeto (escolhido de forma subjetiva pelo mesmo). O resultado dessa análise é uma pequena reconstrução de uma ínfima parcela do real. Isoladamente, cada pesquisa é factível de servir de exemplo para as críticas “pós-modernas” anticientificistas. Contudo, quando nos preocupamos em vislumbrar epistemologicamente o desenvolvimento das pesquisas, nos deparamos com uma ampla aproximação com o real.

Todos os eventos, períodos, acontecimentos, etc. acabam sendo abordados sobre vários aspectos, sob diferentes perspectivas, além de comparações com outros eventos, e assim por diante.

11 Embora conhecida vulgarmente como *A Riqueza das Nações*, o nome original da obra é *Um inquérito sobre a natureza e as causas da riqueza das nações* (tradução do original: “*An inquiry into the nature and causes of the wealth of nations*”). É um conjunto de cinco livros, publicados originalmente em 1776. Pode-se dizer que essa obra representou o auge do pensamento iluminista do ponto de vista econômico. Também é o trabalho em que o pensamento econômico liberal fica explícito, tendo em vista, que grande parte dos autores iluministas debatiam no âmbito da Política e da Filosofia.

12 A grande ironia de *A riqueza das nações* é que a expressão mais conhecida, “a mão invisível”, é citada apenas uma única vez em toda a obra (livro IV, capítulo II). Na leitura fica claro que Smith não tinha grandes pretensões ao usar o termo, tanto que não há nenhum destaque, nem mesmo aspas em sua utilização. Porém, ao longo do tempo uma série de interpretações foram surgindo, além de vários estudos sobre o termo, sendo alterado do original pelos economistas – apenas “mão invisível” – para “a mão invisível do mercado”.

Com o passar do tempo, o conjunto de pesquisas históricas acaba revelando um saber mais amplo sobre tais fatos históricos, que vão sendo revisados e ampliados constantemente.

Estes saberes se amalgamam em um único grande bojo, que é a História em si, esta é construída pela “mão invisível da historiografia”.¹³ Em outras palavras, o conjunto de pesquisas acaba revelando uma aproximação maior com o real.

Qualquer aluno de primeiro semestre de história aprende que jamais poderemos compreender toda a História. Isto acontece por uma série de fatores: inexistência e/ou excesso de fontes, interpretações diversas, objetos diversos, problemas de pesquisas diversos. Além disso, a História é uma ciência em constante transformação, acompanhando o desenvolvimento das sociedades. Devemos lembrar que o saber historiográfico é uma tentativa de tornar o passado de uma sociedade legível para aquela em que o historiador está inserido. Assim como o próprio historiador envelhece e aprende com o tempo, as sociedades se desenvolvem: questionamentos, objetos e objetivos se alteram. Para acompanhar estes fenômenos, as teorias e metodologias são alteradas ou desenvolvidas.

Longe de serem negativos, tais fenômenos são elementos a mais que auxiliam o conhecimento científico através da “mão invisível”. Sempre em amplo desenvolvimento, as perguntas vão se expandindo, sendo formuladas ou reformuladas. Analogias e comparações entre acontecimentos vão garantido os elos entre os mesmos. Não apenas isso, mas as diferenças teóricas e metodológicas das “escolas históricas” são harmônicas com esta “mão”, garantindo que o saber se torne cada vez mais complexo e multifacetado.

Desta forma, podemos cada vez nos aproximar mais do real, sabendo que não encontraremos uma única verdade. Isto não impede que nosso saber não seja científico, apenas diverso da lógica das Ciências Exatas ($1+1=2$).

Se por um lado o saber matemático é regido por leis universais

13 A utilização da expressão “mão invisível da historiografia”, adaptado do conceito de “mão invisível do mercado” de Adam Smith, não é usual dentro da historiografia. Em realidade é uma reflexão do autor do presente texto.

em que cada povo no planeta sabe que o $1+1=2$, o saber histórico é globalizado, pois reúne o conhecimento desenvolvido por todos os historiadores da terra, através de uma rede chamada *historiografia*, e esta é guiada por uma “mão invisível” que constrói aquilo o que chamamos de História.

APONTAMENTOS FINAIS

Tendo em vista as discussões que guiam a produção do conhecimento histórico na atualidade em torno dos paradigmas moderno e pós-moderno, nos posicionamos a favor de que a História é uma ciência. Diferentemente das Ciências Exatas e Naturais e seus princípios, a História enquanto Ciência Humana é regida por princípios em que a subjetividade do pesquisador é uma variável na produção deste saber.

Partindo desta visão, não achamos incongruente com a concepção de ciência o fato de a História produzir uma gama de saberes diversos. Não apenas pela visão singular de cada historiador, como de suas “escolas teóricas”, suas metodologias e seus princípios. O espaço (onde é produzido o conhecimento histórico) e o tempo (época e contexto em que a pesquisa foi realizada) são variáveis que alteram o resultado obtido.

Não devemos esquecer a máxima de que se dois historiadores fossem enviados no tempo para relatar o mesmo evento, suas descrições, mesmo que tivessem uma essência semelhante, teriam visões diferenciadas. Este caráter subjetivo em que o real pode ter diversas faces e interpretações, a nosso ver, não retira o caráter científico do saber histórico. Ele é apenas diferente.

Mas a Ciência Política, a Sociologia, a Antropologia também não apresentam um resultado singular? Existe um único saber produzido por essas ciências? Claro que não. Elas apresentam singularidades que, vistas por algum pesquisador das “exatas”, ficaria desconfiado sobre a possibilidade destas áreas se autodenominarem ciência.

A visão corrente entre os historiadores “pós-modernos” e que questionam a possibilidade da História ser uma ciência está

centrada na impossibilidade de se reconstruir completamente os fatos dentro de uma única visão e que abarque todas as possíveis variáveis e de todos os fatos. Ora, como diria Paul Veyne, só poderia ser visualizado e desenvolvido pelo deus criador judaico/cristão/muçulmano. Isto se partirmos do pressuposto de sua existência. (VEYNE, 1998)

Porém, na impossibilidade de encontrarmos esta “única história geral da humanidade”, temos de nos contentar com aquilo que podemos produzir. Mesmo as obras de maior fôlego, como a extensa pesquisa sobre o Mar Mediterrâneo de Fernand Braudel, nos dão um pequeno vislumbre dentro da leitura do autor sobre o objeto da pesquisa.

Como podemos crer que um conhecimento tão fragmentário como o da História possa ser ciência?

Mas a mesma pergunta é aplicada apenas à História?

Einstein não questionou os princípios “imutáveis” da Física propostos por Newton?

Dentro da Economia, John Nash não derrubou os princípios de Adam Smith?

Eram conhecimentos universais ou fragmentários? Podiam ou não ser questionados?

A História não é diferente destas ciências e está em questionamento constante quanto aos seus resultados. Concomitantemente, devemos levar em consideração também que a ciência não pressupõe resultados únicos, mas está em construção permanente, lembrando que novas fontes, técnicas, metodologias vão sendo acrescentadas, em um verdadeiro crescimento *vertical*. Além disso, nosso presente cotidiano sempre se torna passado, então, cotidianamente, surgem novos fatos, que uma vez selecionados pelo “toque de Midas” do historiador, se tornam História. Ou seja, a História também se expande *horizontalmente*.

Em nossa disciplina o conhecimento pode ser fragmentário e ao mesmo tempo próximo do real – desde o real do acontecimento estudado, como também auxiliando na construção de um conhecimento mais amplo. Por esta razão, realizamos a analogia com a “mão invisível do mercado” de Adam Smith, pois acreditamos que o conjunto da produção intelectual dos

historiadores nos trás para perto de um conhecimento mais próximo do real, embora saibamos que a “verdade” é algo que jamais encontraremos.

Embora muitos de nós historiadores não saibamos de sua existência, a “mão invisível da historiografia” está sempre presente e nos remetemos a ela constantemente: cada vez que iniciamos uma pesquisa, começamos através de algum tipo de revisão bibliográfica sobre o tema estudado. Com isto, queremos não apenas ver o que já foi produzido, mas também como nos inserimos em uma “teia” mais ampla dentro nossa temática.

Finalizando, jamais vislumbraremos uma História total da humanidade, mas isto não impede que consigamos nos aproximar cientificamente dos acontecimentos históricos. Quando precisamos, podemos e devemos olhar para nossas pesquisas e de nossos pares, e, mesmo sem nos apercebermos, lá estará uma “mão invisível”, que nos auxiliará ao menos a uma aproximação do real possível de ser visualizado naquele determinado momento no tempo e no espaço.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BARROS, José D'Assunção. *Teoria da História. Volume II - Os primeiros paradigmas: Positivismo e Historicismo*. Petrópolis: Vozes, 2011.

BARTHES, Roland. *Michelet*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

BLOCH, Marc. *Apologia a História, ou, o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

BURKE, Peter. *A Escola dos Annales: a revolução francesa da historiografia*. São Paulo: UNESP, 1990.

CARDOSO, Ciro Flamarion. História e paradigmas rivais. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOBSBAWM, Eric J. Marx, Engels e o socialismo pré-marxiano. In:

- HOBBSAWM, Eric J. (org). *História do Marxismo. I – O marxismo no tempo de Marx*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- KUHN, Thomas. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 2003.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Unicamp, 1996.
- LEVI, Giovanni. Sobre a microhistória. in: BURKE, Peter. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.
- POPPER, Karl. *A lógica da pesquisa científica*. São Paulo, Cultrix, 1993.
- REIS, José Carlos. *A História, entre a Filosofia e a Ciência*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- SMITH, Adam. *An inquiry into the nature and causes of the wealth of nations*. New York: MetaLibri, 2007. (Livros I ao V)
- SWEEZY, Paul (org). *A transição do feudalismo para o capitalismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- VAINFAS, Ronaldo. *Os protagonistas anônimos da História: microhistória*. Rio de Janeiro: Campus, 2002.
- VEYNE, Paul Marie. *Como se escreve a história; Foucault revoluciona a história*. Brasília: Editora da UNB, 1998.
- VILAR, Pierri. Marx e a História. In: HOBBSAWM, Eric J. (org). *História do Marxismo. I – O marxismo no tempo de Marx*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.